

ABJEÇÃO EM MONSTROS DE OUTRORA E MONSTROS DA ATUALIDADE

ROBERTO GONÇALVES RAMALHO

“A única forma de livrar-se da tentação é entregando-se a ela. Resista, e sua alma se envenenará com a vontade de ter as coisas que ela mesma se proibiu, com o desejo pelo qual suas leis monstruosas transformaram em monstruoso e fora-da-lei.”
(Oscar Wilde, *The Picture of Dorian Gray*)¹

Introdução

O presente artigo se desenrola ao redor do conceito do corpo abjeto (tema desenvolvido por Julia Kristeva) e, por conseqüência, leva-nos ao surgimento do Outro, a partir do momento em que uma identificação com o abjeto ocorre. Tomando o monstro de “Frankenstein” (1818) como o ponto de partida de uma metáfora para qualquer tipo de minoria social (Outro), minha intenção é a de estender a discussão para um grupo de minorias relevante na atualidade – os homossexuais masculinos. Pretendo comentar as maneiras pelas quais este grupo desequilibra o sistema de verdades e crenças universais, o modo como tal identidade é assumida ou encoberta em razão de um desejo de pertencimento e por que a afirmação de tal identidade representa uma ameaça para uma sociedade despreparada para aceitar variantes do que considera padrão.

¹ Todas as traduções deste artigo são de minha autoria.

Na primeira parte deste trabalho, faço uma leitura do monstro de “Frankenstein” sob a ótica do corpo abjeto. A seguir, na segunda parte, após trazer o conceito de monstro para uma realidade contemporânea onde os homossexuais masculinos são os próprios monstros, confronto dois conceitos, subjetividade e identidade, como discutidos por Kathryn Woodward. Tais conceitos são importantes por nos possibilitarem compreender até que ponto um indivíduo escolhe ser ou não ser, ou ainda se é esta uma questão de ser ou simplesmente de atuar/deixar-se revelar. Na terceira e última parte, analiso por que certas identidades representam ameaças à sociedade. Também busco entender os mecanismos desenvolvidos pela sociedade para manter essas identidades – esses monstros aberrantes – à margem, numa tentativa de propagar os padrões que garantem a continuidade de suas ideologias. Para isso, algumas idéias de Michel Foucault foram de extrema importância.

1 – “Frankenstein” (1818) – Monstros de outrora

1. 1 – Victor Frankenstein: Um homem domesticado

Há, certamente, inúmeras leituras possíveis do romance mais famoso de Mary Shelley, “Frankenstein” (1818), mas neste trabalho gostaria de focar as questões do duplo e do abjeto – dois temas cruciais que têm suas bases fincadas no Gótico.

Na tentativa de entender as motivações de Victor Frankenstein para criar uma vida nos padrões divinos, fora dos métodos convencionais de sexo e procriação (feito que satisfaria – ao menos em teoria – suas aspirações ao poder e conhecimento), pode-se buscar explicações em alguns aspectos da própria vida de Victor, desde sua infância. Para isso, uma leitura do romance à luz de algumas perspectivas feministas foi essencial para que eu compreendesse a idéia de um Victor “domesticado”. Tal idéia faz-se relevante por nos possibilitar entender quão seguro e confortável Victor se sentia no seio de sua família, mas também o quão preso e sufocado esta mesma proteção podia fazê-lo se sentir.

Sob uma ótica feminista, o lar de Victor delimitava claramente os papéis masculinos e femininos na sociedade. Paradoxalmente, assim como estes papéis se delimitavam, eles também se entrecruzavam. Seu pai, Alphonse Frankenstein, vivera todos os aspectos masculinos de sua vida antes do casamento (fora um renomado homem de negócios). Além disso, ao salvar sua futura esposa (Caroline Beaufort) da pobreza, Alphonse cometeu o maior ato de cavaleirismo de sua vida. Contudo, ao formar uma família, Alphonse abdicou de suas tarefas e tornou-se ativo no que Johanna M. Smith (Smith, 1992) viria a chamar de “domesticidade feminina”.

Victor elogia o papel crucial de seus pais na sua educação desde o princípio da narrativa. Por serem extremamente protecionistas, eles garantiram que Victor crescesse num ambiente a salvo dos perigos do mundo por intermédio do amor e da afeição. Victor diz

que: “Mesmo sendo muito ligados, eles [seus pais] pareciam extrair bastante afeição de uma mina de amor para derramar em mim”.(Shelley, 1981 [1818], p. 19.)

Tanto sua mãe quanto seu pai (em pleno exercício de sua feminilidade domesticada), condicionaram o menino a uma vida presa no lar, protegida da esfera pública. E, por público, entenda-se o meio masculino onde os homens colocam sua masculinidade em prática socializando, trabalhando, negociando, gerando um contrapeso às limitações do lar condicionadas às mulheres.

Preso neste ambiente de proteção exacerbada, Victor se sente atraído tanto pela comodidade, quanto pelos encantos de uma vida de descobertas na esfera pública dos homens. Em seu artigo intitulado “‘Cooped Up’: Feminine Domesticity in ‘Frankenstein’”, Johanna M. Smith fala das diferenças entre esses dois ambientes: “Neste tom de abertura à natureza [a segurança do lar], Victor é feminizado em afeição doméstica. Contudo, em outros tons, ele anseia por uma natureza mais masculina [...]” (Smith, *op. cit.*, p. 227.) Fica claro, então, que cedo ou tarde, Victor teria sede de liberdade. A sensação de dívida aos pais por sua educação e proteção também imprime em Victor um desejo de livrar-se dessa dívida. Smith segue dizendo que “[...] o ‘espírito’ que Victor liberta através do monstro é a masculinidade enclausurada pela feminilidade domesticada de Alphonse [...]” (*Id., ibid.*, p. 280.)

A partir destas idéias, fica fácil seguir para as questões de identidade às quais este texto se propõe. Dentro dessas noções, o

monstro nada mais é do que a libertação da agressividade reprimida de Victor, sua sede pelo mundo exterior ou, em outras palavras, sua masculinidade reprimida. Tudo o que Victor suprimiu em favor da domesticidade de sua família explode sob a forma de sua criatura, o monstro.

1.2 – O monstro: O duplo de Victor Frankenstein

Um motivo amplamente utilizado na ficção gótica é o duplo. Otto Rank (pioneiro nestes estudos) e Ralph Tymms (Tucker, 1979, p. xii.) estudaram este fenômeno sob diferentes perspectivas metodológicas: Otto Rank concentrou-se na esfera psicanalítica, enquanto que Ralph Tymms baseou-se em termos históricos e literários.

Para o primeiro estudioso, a questão do duplo está ligada à teoria Freudiana do Narcisismo. Deste modo, instiga-se o duplo por meio de um amor próprio mórbido excessivamente preocupado com a imortalidade. Esta idéia de imortalidade volta-se para a noção de alma, o “outro lado” do homem, sua sombra a vagar eternamente, mesmo depois da morte. Por outro lado, assim como a idéia da alma assegura a imortalidade humana, ela também leva ao medo. Medo da morte e da degeneração; medos estes que, curiosamente, remetem o indivíduo de volta à necessidade de preservação, de imortalidade. Para Tymms, o duplo é um tipo de projeção do inconsciente, de tudo que foi sufocado por ele.

Independente da perspectiva por nós adotada, ambas nos são frutíferas para este estudo de “Frankenstein”. No sub-item anterior, discorri sobre a domesticidade imposta a Victor e seu anseio pela esfera masculina, o mundo científico. A insistência de Victor em prosseguir com sua ambição científica apesar da reprovação de seus professores nos prova que sua experiência fantástica equivaleu-se ao seu grito de liberdade.

O sucesso da experiência significa a soltura da marca de Victor na Terra, garantindo sua perpetuação (saber é poder) – tal qual defenderia Otto Rank, e a projeção dos desejos que Victor sufocou por anos – tal qual Ralph Tymms argumentaria. O monstro seria, então, o duplo de Victor, a representação de seu inconsciente e, sendo assim, estaria livre para fazer o que Victor não ousaria: causar dor, machucar e matar. Mas neste raciocínio há uma contradição que preciso esclarecer. Numa conversa, o monstro revela a Victor:

Acredite, Frankenstein, eu era benevolente; minha alma irradiava amor e humanidade; mas não sou miseravelmente solitário? Tu, meu criador, me abominas; que posso então esperar de teus semelhantes, que nada me devem? [...] Sou infeliz e eles [teus semelhantes] devem compartilhar minha infelicidade. (Shelley, 1981 [1818], p. 84.)

Por que a criatura, um modelo de ingenuidade e simpatia, se tornaria o duplo capaz de perpetrar todas as maldades das quais Victor não seria capaz? Precisamente porque Victor não age de maneira a domesticar o monstro, do modo como sua família agira com ele

antes. E, por este motivo, o monstro é capaz de livrar-se das limitações das quais Victor nunca pôde desvencilhar-se.

Paradoxalmente, da mesma forma que o duplo pode prover uma sensação de liberdade e alívio, também pode trazer sentimento de culpa e tortura. Otto Rank explica:

O sintoma mais proeminente das formas que o duplo assume é uma sensação poderosa de culpa que força o herói a rejeitar a responsabilidade pelos atos do seu ego [...] Como Freud demonstrou, esta culpa, proveniente de várias fontes, estabelece, por um lado, a distância entre o ego-ideal e a realidade obtida; Por outro lado, esta culpa é acalentada por um medo da morte terrível, que leva a *auto-punição* e também implica suicídio. (Rank, 1979, p. 76-7; Ênfase minha.)

O discurso de Victor para Elizabeth, ao discutir as mortes de William e Justine, exemplifica o que Rank afirma acima: “Eu, não em ato, mas em efeito, fui o verdadeiro assassino”. (Shelley, *op. cit.*, p. 77.) E, posteriormente, após a morte de Elizabeth, quando Victor decide denunciar o caso às autoridades, ele discorre perante o juiz:

Minha vingança não lhe diz respeito; porém, ao mesmo tempo que me entrego a este vício, confesso que ele é o único desejo que devora minha alma. Minha raiva é inominável quando penso que o assassino, que pus à solta na sociedade, ainda existe. [...] Devoto *minha vida ou morte* à destruição dele. (Shelley, *op. cit.*, p. 184; Ênfase minha.)

Victor se culpa pela morte de familiares e amigos. Ele sabe que o assassino não é outro senão ele mesmo. Até certo ponto, ele traz consigo a noção de que é o perpetuador dos crimes através de

seu duplo. A sensação de culpa permeia sua mente e, ao se lançar à caça do monstro, sabe que pode pagar por seus atos com a própria morte.

1.3 – O monstro: um corpo abjeto

Julia Kristeva desenvolveu um conceito esclarecedor recorrente não só na literatura gótica, mas em vários outros gêneros: o de corpo abjeto. Segundo ela, abjeção é tudo o que desequilibra o sistema de regras, sejam elas leis, religião, ou moralidade, por exemplo. Tudo o que difere do que é aceito, o que questiona e subverte é o que Kristeva classifica como abjeção. Contudo, abjeção não é apenas o que é rejeitado; uma característica essencial do referido conceito é o seu potencial de paradoxo, uma vez que exercita forças tanto repulsivas quanto atrativas num indivíduo. Ao mesmo tempo em que o abjeto nos faz sentir repulsa, também nos atrai, pois o corpo abjeto representa tudo aquilo que foi rejeitado, sufocado e descartado pelo bem das “regras”. Na seguinte citação, Kristeva explica a idéia de abjeção com maestria, apontando para os paradoxos que constituem a natureza do conceito:

Não é, portanto, falta de assepsia ou saúde que causa a abjeção, mas sim aquilo que perturba a identidade, o sistema, a ordem. [...] Abjeção [...] é imoral, sinistra, calculista e sombria: o terror que dissimula, o ódio que sorri, a paixão que usa o corpo para troca, ao invés de inflamá-lo, um devedor que te vende, um amigo que te apunhala. (Kristeva, 1982, p. 4.)

A instância psicológica responsável pela abjeção é o superego, pois ele representa todas as instituições externas que regulam nossos instintos e desejos mais primitivos; proibições religiosas e legais, moralidade, valores familiares, noções de certo e errado. A abjeção está sempre em choque com o superego. Sobre isso, Kristeva discorre:

Um certo “ego” que se uniu ao seu mestre, um superego, pôs o abjeto à margem. Ele [o abjeto] permanece na periferia e não parece se sujeitar às regras do jogo decididas pelo superego. E ainda, do seu lugar de banido, o abjeto não cessa de desafiar o seu mestre. (*Id., ibid.*, p. 2.)

É chegado o momento de retomar a discussão de *Frankenstein*. O que é o monstro, senão um corpo abjeto? Uma criatura magnífica em seu porte, possuidora de traços humanos deformados. A criatura de Victor subverte o que é tido como humano e, simultaneamente, desafia o limite do que se acredita ser os papéis de Deus e do homem. E em razão disso, devo dizer que, neste ponto, há dois tipos de abjeção trabalhando juntos e alternadamente: primeiro, a criatura é abjeto por suas características físicas:

Sua pele amarelada mal encobria os músculos e artérias; seus cabelos eram de um preto lustroso e sedoso; seus dentes, branco pérolas; mas esses traços apenas formavam um terrível contraste com seus olhos aquosos, cujas íris se assemelhavam em tonalidade à cor esbranquiçada do globo onde se encontravam, e com suas feições enrugadas e lábios negros e retos. (Shelley, *op. cit.*, p. 42; Ênfases minhas.)

Obviamente, a criatura não se encaixava no biotipo de um homem “normal” (com base nos padrões de normalidade sociais). Contudo, concomitantemente, o monstro possuía características desejadas por qualquer um que valorize a força física: era forte, extremamente alto, esperto e ágil. E é aqui que repousa o elemento de atração sobre o qual Kristeva nos fala, o que co-existe com o elemento de repulsa.

Como o monstro foi rejeitado socialmente por sua deformidade, teve que segregar-se e viver à margem. Mas sua ira contra a sociedade preconceituosa o levou a cometer crimes. E é exatamente nesta esfera, em ser um fora-da-lei, que se encontra o segundo nível de abjeção. A criatura ousou fazer o que é desprezado pelas leis da sociedade e por isso tornou-se, mais uma vez, abjeto.

O monstro de Victor Frankenstein era diferente. Ele, nos preceitos de Julia Kristeva, pôs em cheque as questões mais básicas da humanidade: quem somos nós? De onde viemos? Deus existe? Em outras palavras, o monstro desafiou à medida que questionou nossa identidade, tudo o que temos como verdade universal, assim como conceitos espirituais há muito aceitos e seguidos. Mais do que questionar estes valores, o monstro os perturbou e confundiu, e atraiu nossa curiosidade para eles.

A sociedade despreza o que é diferente, mas não resiste à tentação de examinar e classificar as diferenças, mesmo que com o único intuito de rejeitá-las. E é aqui que o monstro de *Frankenstein* se aproxima das questões de identidade que incitam a curiosidade hu-

mana através da história: judeus, mulheres, negros, homossexuais – com suas controvérsias da vida real e suas representações literárias. Além disso, não se pode deixar de apontar suas representações alegóricas na literatura e nas artes em geral: super heróis e seus superpoderes, mutantes, fantasmas, vampiros e monstros.

Dentre as inúmeras discussões possíveis de “Frankenstein” de Mary Shelley, optei por focar a da abjeção, uma vez que atrai não somente ideais específicos (como Feminismo, Marxismo, Psicanálise, etc), mas também questões mais amplas de identidade (e as ameaças às identidades aceitas). E tais questões nunca deixam de incitar discussões das mais acaloradas nos meios sociais.

2 – Homossexuais – monstros da atualidade

Proponho-me, neste momento, a discutir questões de identidade mais amplas. Com os conceitos de “monstro” e abjeção ainda em mente, sugiro expandir este assunto além de sua representação literária e literal em “Frankenstein”, concentrando-me em sua faceta alegórica presente em questões contemporâneas (apesar de eternas) de minorias sociais. Em favor de uma análise mais específica, considerarei apenas um exemplo de minoria: homossexuais masculinos.

Segundo Julia Kristeva, abjeção é tudo aquilo que perturba o sistema de regras, idéias e conceitos tidos como verdadeiros. Além disso, abjeção é tudo que analisamos com a intenção de classificar, rotular e afastar a uma distância segura: monstros, aberrações e ex-

centricidades que, ao mesmo tempo em que nos causam repulsa, nos atraem. Objetos de estudos que espantam e nos chamam a atenção.

Monstros como o de Victor, monstros da vida real: nesta próxima discussão, homossexuais masculinos – a personificação do desafio à identidade. Mas o que é identidade? O que lhe constitui, como é formada?

2.1 – Identidade e subjetividade na visão de Kathryn Woodward

Kathryn Woodward defende o ponto de vista de que o indivíduo desenvolve sua identidade na esfera pessoal e que a esfera pública é que vai causar impactos neste processo de constituição de identidade. Dependendo do ambiente onde se encontra, o indivíduo exercerá certa identidade. Por exemplo: uma mulher age de forma maternal no ambiente do lar, quando está cercada por seus filhos e marido, mas age de maneira profissional no ambiente de trabalho. Ambas identidades são diferentes, independente do aspecto que nos propusermos a analisar: as ações, a linguagem escolhida (tom, entonação, escolha de vocabulário), o nível de comprometimento a cada tarefa e assim por diante. Obviamente, esta pluralidade de identidades tem um preço, pois, com isso, há sempre um choque de identidades a nível interno, e a ameaça de julgamento externo.

Outro exemplo pertinente são os homossexuais, que também ilustram como este choque entre identidade e ambiente ocorre: um gay tende a exercer uma certa identidade – livre de afetação e manei-

rismos, por assim dizer – quando se encontra no trabalho ou entre pessoas que não podem saber de suas preferências sexuais, e outra identidade quando está entre amigos, em clubes, ou onde pode transparecer sua orientação sexual. Mas o quão bem ele administrará essas nuances, o preço que pagará por constante vigília e estado de alerta e as conseqüências que terá de enfrentar (preconceito) caso algumas fronteiras sejam transpassadas são fatores implícitos nas complicações de se erguer paredes de identidade para mascarar certa subjetividade.

Faz-se então necessário entender a comparação que Kathryn Woodward faz entre identidade e subjetividade:

Os termos identidade e subjetividade são ocasionalmente usados de maneira a parecerem sinônimos. Na verdade, há uma grande diferença entre os dois. **Subjetividade** compreende a percepção de nós mesmos. Ela envolve os pensamentos e emoções conscientes e inconscientes que constituem a noção de “quem somos” e os sentimentos que se posicionam diferentemente em cada cultura. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Contudo, vivenciamos nossa subjetividade num contexto social onde a linguagem e a cultura dão significado à experiência de nós mesmos e onde adotamos uma identidade. [...] Os indivíduos estão, pois, sujeitos aos discursos e devem posicionar-se em relação a eles. Os posicionamentos que assumimos e com os quais nos identificamos constituem nossa **identidade**. (Woodward, 2002, p. 39; Ênfases no original.)

Transpondo estes conceitos para os homossexuais, entende-se que sua subjetividade é o que eles realmente são por dentro, conscientemente ou não (alguns gays afirmam não terem tido consciência de sua orientação até uma certa idade). Sua subjetividade, no âmbito

da sexualidade (já que esta é apenas um aspecto da personalidade humana), é a sua essência, suas emoções básicas, o impulso que os move em direção a outros homens, e não mulheres. Independente do quanto se esforcem para sufocar esta subjetividade, ela sempre está lá, escondida, lutando para ser libertada, trazendo conseqüências para o indivíduo por sua decisão de acobertá-la.

Em contrapartida, ainda sob a ótica de Woodward, este mesmo indivíduo tem a opção de apresentar diferentes **identidades** para o mundo que o cerca: dependendo do contexto social onde se insere, ele adotará tal posição que irá esconder sua orientação sexual (em lugares onde o oposto o oprimiria), outra em que a exercerá abertamente (em ambientes onde se sente livre para tal), ou ainda uma em que não se importará se as pessoas perceberão ou não. Com isso, conclui-se que a identidade por ele adotada pode ou não equivaler à sua subjetividade. Mais do que isso, a identidade que ele escolhe para exteriorizar decidirá o nível de exclusão em que se inserirá. Se escolher exercer sua homossexualidade abertamente entre pessoas assumidamente contrárias a este modo de vida, por exemplo, o homossexual certamente sofrerá preconceito, se não violência verbal ou até física.

Por esses motivos não é incomum encontrar homossexuais que escondem sua subjetividade numa tentativa de serem aceitos ou, pelo menos, não excluídos. Tal asfixia de subjetividade ocorre por vivermos numa sociedade que, em sua maioria, se opõe a práticas homossexuais. Com isso, manifestações explícitas de afeição homossexual

acabam restritas a áreas marginalizadas, a guetos homossexuais. E quando elas acontecem em âmbito público, como em paradas gays, por exemplo, são vistas como desafiadoras e corajosas.

Por fim, não se pode, sob qualquer circunstância, negligenciar o fato de que, independente do quão determinada seja a luta de um indivíduo contra sua subjetividade, haverá conseqüências para tal luta, já que a subjetividade está ligada ao inconsciente e, na compreensão de Kathryn Woodward: “[...] o inconsciente [...] funciona de acordo com as próprias leis e lógicas diferentes do pensamento consciente do indivíduo racional [...]” (Woodward, 2002, p. 43.) Não é raro encontrar homossexuais com sérios problemas psicológicos decorrentes da tentativa de sufocar sua subjetividade. Contudo, surge a questão: por que tal controle se faz necessário? Por que tal repressão contra quem difere dos padrões heterossexuais? Para responder tais perguntas, algumas idéias de Michel Foucault são essenciais.

2.2 – As regras e demandas sociais – contribuições de Michel Foucault

Devemos acreditar que nossa sociedade é livre, liberal e despreocupada quanto a sexo atualmente pelo simples motivo de podermos discutir o assunto um pouco mais do que éramos há, digamos, um ou dois séculos? Ou esta suposta liberdade está ligada aos interesses controladores de uma mesma sociedade que precisa regular os desvios e que se arma contra eles num processo de confissões disfarçadas de liberdade? Michel Foucault pareceu acreditar, desde a

segunda metade do século XX, que esta suposta liberdade estava mais ligada aos interesses de **conhecer** e **controlar** desvios sexuais, do que com a simpática aceitação da diversidade. E, segundo Foucault, há uma hipótese que diz que a necessidade de controle se dá numa tentativa de “garantir a reprodução, reproduzir mão de obra, perpetuar a forma de relações sociais: em suma, constituir uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (Foucault, 1998, p. 36-7.). Os homossexuais, portanto, não se encaixam nessa necessidade. Teoricamente, não podem procriar; garantir a continuidade de uma sociedade que é mão de obra e, conseqüentemente, perpetuar um sistema capitalista que necessita de trabalhadores para fortalecer suas raízes e ideologias. Por isso os homossexuais devem ser catalogados e controlados.

Por outro lado, esta obsessão pelo controle parecia começar a soltar suas amarras com a maior liberdade de expressão. Contudo, ainda à luz de Foucault, a suposta explosão de discursos sexuais iniciada nos séculos XVIII e XIX não significava necessariamente menos severidade. O abrandamento do domínio da Igreja se dava em razão de uma troca de poderes: com a ascensão da ciência e da medicina, o exercício de controle tomava contornos mais fortes, embasados na crença de que, com seus experimentos e resultados, a ciência **provava** ser uma autoridade mais confiável. Foucault questiona: “O que significa o surgimento dessas sexualidades periféricas? O fato de poderem aparecer à luz do dia significa que os códigos se tornaram mais tolerantes?” (*Id., ibid.*, p. 40.) E, posteriormente, responde:

Houve indulgência, se considerarmos que a severidade dos códigos relacionados a ofensas sexuais diminuiu consideravelmente no século XIX e que a própria lei cedeu à medicina. Mas houve um truque de severidade, se considerarmos as agências de controle e os mecanismos de observação postos em prática pela pedagogia ou terapêutica. Pode ser que a intervenção da Igreja na sexualidade conjugal e a rejeição de “fraudes” contra procriação tenham perdido sua insistência ao longo dos últimos duzentos anos. Mas a medicina se fez presente nos prazeres do casal: criou toda uma patologia orgânica, funcional e mental originada nas práticas sexuais “incompletas”; cautelosamente classificou todos os prazeres anexos; incorporou-os às noções de “desenvolvimento” e “perturbações” do instinto; e se dispôs a resolvê-los. (Foucault, 1998, p. 40-1.)

Foi então que, o que já era inaceitável aos olhos de Deus e impraticável aos olhos da Igreja passou a ser cientificamente provado e atestado como prejudicial e patológico. Outro preço que homossexuais devem pagar – a consciência de cometerem atos “prejudiciais à saúde” – caso optem por viver sua subjetividade sexual.

Segundo Foucault, as instituições de poder fincaram suas bases em quatro tipos de operações. Brevemente falando, uma primeira instância de poder controlaria e proibiria ocorrências tipo casamentos consangüíneos e adultério e, ao mesmo tempo, controlaria e permitiria outras, como sexualidade infantil. O paradoxo faz sentido se considerarmos que o poder precisa dos desvios (fora-da-lei) para sobreviver, assim como a Igreja precisa de um Demônio para validar a existência e a necessidade de um Deus.

A segunda instância de poder seria aquela que **separa e categoriza** indivíduos em **espécies**. Indivíduos tais quais os homossexu-

ais são marcados como gays e nada mais, o que resulta numa sexualidade que permeia toda a sua existência e se faz presente em qualquer consideração que se faça a seu respeito. Todo o seu ser é descartado em razão de uma monstruosidade forte o suficiente para invalidar seu caráter e valores morais. Foucault explica:

O homossexual do século XIX tornou-se uma personagem, um passado, um caso histórico e uma infância, além de uma forma de vida e uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e possivelmente, uma fisiologia misteriosa. **Nada do que constitui sua composição escapa à sua sexualidade. Ela está em todo ele: embasando todos os seus atos, já que é seu princípio insidioso e ativo; inscrita sem modéstia na sua face e corpo por ser um segredo que se trai. É parte de si, não tanto quanto pecado habitual, mas como natureza singular.** (*Id., ibid.*, p. 43; Ênfase minha.)

A terceira instância de poder funcionaria como um sistema monitor. Implicaria observação constante, ou, nas palavras de Foucault: “pressupunha proximidades; procedia de forma a examinar e observar”. (*Id., ibid.*, p. 44.) E ele prossegue afirmando:

(...) já que a sexualidade era um objeto médico e medicável, fazia-se necessário testar e detectá-la – como uma lesão, uma disfunção, ou um sintoma – nas profundezas do organismo, ou na superfície da pele, ou entre os sinais de comportamento. O poder que se encarregava da sexualidade, então, propunha-se a estabelecer contato com os corpos, a acariciá-los com seus olhos, intensificando áreas, eletrizando superfícies, dramatizando problemas. (*Id., ibid.*, p. 44.)

A última instância de poder encarregava-se de legitimar as relações heterossexuais por um lado, e delinear as práticas sexuais periféricas por outro, possibilitando assim todo um mecanismo de polarização de efeitos: o Um e o Outro, o dentro da lei e o fora-da-lei.

E é sob a influência de todas essas facetas de poder que os homossexuais confrontam o exercício de sua subjetividade sexual e, conseqüentemente, se encaixam nos conceitos marginalizados que permeiam uma mera orientação sexual.

Conclusão

Como um “monstro de outrora”, a criatura de “Frankenstein” (1818) pode ser compreendida como o lado negro de Victor Frankenstein (ou, apenas, seu lado reprimido) libertado na Terra e, como tal, fadado a suportar as conseqüências de sua deformidade física e moral sob a forma de ódio e ostracismo. Como os “monstros da atualidade”, os homossexuais são constantemente vistos como agentes de uma sexualidade desgraçada – que desafia convenções morais, religiosas e sociais ao desrespeitar o que é tido como natural e ao distorcer os padrões que tendem a perpetuar filosofias e ideologias supervalorizadas. Contudo, estas identidades monstruosas não podem desaparecer; tanto para que validem o paradoxo de que o poder precisa dos fora-da-lei para sobreviver, quanto para garantir que subjeti-

vidades plurais conquistem o direito de co-existir sem ter que pagar o preço da opressão, culpa e segregação.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *The Perverse Implantation*. In: FOUCAULT, Michel. *History of Sexuality: The Will to Knowledge*. U.K.: Penguin, 1998. p. 36-49.

KRISTEVA, Julia. *Approaching Abjection*. In: KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982. p. 1-17.

RANK, Otto. *The Statement of the Problem*. In: RANK, Otto. *The Double*. New York: New American Library, 1979. p. 3-7.

RANK, Otto. *Narcissism and the Double*. In: RANK, Otto. *The Double*. New York: New American Library, 1979. p. 69-86.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. New York: Bantan Books, 1981.

SMITH, Johanna M. “Cooped Up”: *Feminine Domesticity in Frankenstein*. In: SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Boston/New York: Bedford Books of St. Martin’s Press, 1992. p. 270-85.

TUCKER, Harry, Jr. “Introduction”. In: RANK, Otto. *The Double*. New York: New American Library, 1979. p. xii-xxii.

WILDE, Oscar. *The Picture of Dorian Gray*. New York: Pocket Books, 2005.

WOODWARD, Kathryn. *Concepts of Identity and Difference*. In: WOODWARD, Kathryn, ed. *Identity and Difference*. London: Sage Publications, 2002. p. 21-61.